

LITERATURA E FLUXOS MIGRATÓRIOS EM CONTEXTOS
ANGLÓFONOS: SOBRE A GÊNESE DISCURSIVA
DE UM CAMPO DE PESQUISA

Dr. DIONEI MATHIAS
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil
dioneimathias@gmail.com

RESUMO: Desde os anos setenta a literatura oriunda de fluxos migratórios vem recebendo atenção da crítica, teoria e historiografia literárias. O resultado dessa discussão é uma série de etiquetas que tenta estabelecer um conceito teórico que organize a discussão de textos literários escritos por estrangeiros e seus filhos em outros contextos nacionais. Este artigo pretende discutir a gênese discursiva desses conceitos em três contextos anglófonos: na Inglaterra, no Canadá e nos Estados Unidos, atentando para o estabelecimento de uma voz própria com uma prática de representação autônoma. Para concluir, o artigo busca situar a literatura de fluxos migratórios na configuração das literaturas nacionais.

Palavras-chave: Literatura. Fluxos migratórios. Contextos anglófonos.

Artigo recebido em: 23 jun. 2018.
Aceito em: 19 jul. 2018.

LITERATURE AND MIGRATORY FLOWS IN ANGLOPHONE CONTEXTS: ON THE DISCURSIVE GENESIS OF A RESEARCH FIELD

ABSTRACT: Since the 1970s the literature originating in the context of migratory flows has been given much attention by literary criticism, theory and historiography. The outcome of this discussion is a series of labels, which try to establish a theoretical concept that organizes the discussion of literary texts written by foreigners and their children in other national contexts. This article aims to analyse the discursive genesis of these concepts in three Anglophone contexts: England, Canada and the United States, paying attention to the process of the establishment of an autonomous voice and its representation. To conclude, the article tries to situate the literature of migratory flows in the configuration of national literatures.

Keywords: Literature. Migratory Flows. Anglophone Contexts.

INTRODUÇÃO

Os fluxos migratórios em direção a países anglófonos não são uma peculiaridade do século XX. Estados Unidos, Canadá, Austrália são nações fortemente marcadas pela presença de diferentes levas de imigrantes. Em parte e numa escala muito menor, isso também se aplica para a Inglaterra que recebeu imigrantes da Escócia, do País de Gales e, especialmente, da Irlanda. O que possivelmente diferencia essas diferentes levas que constituíram os fluxos anteriores ao século XX daquelas que caracterizam esses movimentos, especialmente na segunda metade do século XX é a origem das pessoas que buscam abrigo em outro país (MATHIAS, 2011). Assim – talvez seja possível afirmar – até o término da segunda guerra mundial os imigrantes que iriam povoar esses países provinham, sobretudo, de países europeus, eram brancos e estavam afiliados a uma religião de base cristã. Aqui, seria possível elencar uma série de exceções, especialmente para os Estados Unidos e para o Canadá, que já no final do século XIX recebiam imigrantes da Ásia e do Oriente Médio.

A partir da segunda metade do século XX, quando muitos países anglófonos começam a se transformar em sociedades altamente industrializadas e, subsequentemente, em potências econômicas, surge uma

demanda de mão de obra que já não pode ser mais suprida pelos países que tradicionalmente enviavam imigrantes, como a Irlanda, Alemanha ou a Itália. Desse modo, tem início um fluxo de imigrantes de países que até então tinham menos acesso a esse espaço cultural. Cidadãos das ex-colônias britânicas (por exemplo, da região do Caribe, do continente africano, da Índia e do Paquistão) se deslocam em direção à Inglaterra, em parte, também aos Estados Unidos e ao Canadá. Com isso, há uma clara mudança na composição étnica, que traz consigo novas cores a esses países predominantemente brancos, e, sobretudo, culturas com tradições completamente diferentes daquelas que caracterizam o grupo hegemônico até então.

O que essas diferentes levas de imigrantes têm em comum, muitas vezes, é a motivação que as leva a optar pelo deslocamento. Tanto os imigrantes europeus como aqueles de origem caribenha, asiática e africana (me refiro àqueles que saíram do continente africano no século XX) muitas vezes deixaram seus países por conta da miséria ou da perseguição política. Nisso, imigrantes alemães e italianos do século XIX têm algo em comum com as novas ondas de imigrantes do século XX. Contudo, é preciso enfatizar que essas motivações são diversas e complexas, dificultando uma generalização que valha para todos os grupos. Assim, os imigrantes da elite cubana ou da elite indiana que vivem nos EUA têm uma história de vida completamente diferente de muitos imigrantes da América Central, por exemplo, da República Dominicana, ou de países africanos que fogem da pobreza ou de regimes ditatoriais.

Para muitos desses imigrantes a língua materna é a mesma ou está próxima da língua oficial do país de acolhimento, para outros, o deslocamento inclui também uma transposição para um novo espaço linguístico, com suas visões de mundo e suas lógicas idiossincráticas de comunicação. Nisso reside uma segunda experiência comum, a saber, a necessidade de se apropriar das práticas comunicativas e das modalidades de organização discursiva, a fim de poder participar não somente dos processos de tomada de decisão referente àquilo que vai definir o trânsito existencial naquele espaço, mas também das práticas de imaginação do discurso nacional. O que está em jogo aqui é o árduo processo de legitimação da voz, com seu desejo de participar da composição da narrativa nacional e seu direito de imaginar-se com parte desse cenário.

Esse embate de vozes, pertencimentos e legitimações que ocorre no espaço macrossocial do contexto político também tem seu impacto no microcosmo artístico e sua discussão nos estudos literários. Com efeito, muitos desses imigrantes e filhos de imigrantes encontram na literatura e no trabalho de imaginação inerente ao ato da criação ficcional um caminho para imaginar essa nação e, sobretudo, refletir sobre seu lugar de fala nesse novo contexto cultural. Esse processo de legitimação e instauração de uma voz

própria se revela como sumamente árduo, exemplo disso é a gênese discursiva em volta de uma literatura no marco de fluxos migratórios.

Nesse sentido, este artigo pretende revisar, analisar e comparar como essa gênese ocorreu e foi teorizada dentro dos estudos literários, em três contextos anglófonos: Inglaterra, Estados Unidos e Canadá. É possível adiantar que essa discussão teve início na segunda metade do século XX, especialmente após o Movimento pelos Direitos Civis, nos Estados Unidos, que teve um papel central no processo de tomada de consciência e na percepção sobre a necessidade de mobilização para instaurar uma voz própria. A discussão teórica teve como foco, em grande parte, a forma como esse conjunto de textos oriundos de contextos migratórios deve ser etiquetado e como ele deve ser enquadrado na respectiva literatura nacional. Após discutir as diferentes peculiaridades teóricas referentes às etiquetas de cada contexto nacional, o artigo passa, a modo de conclusão, a uma reflexão sobre o lugar dessa produção literária no cenário nacional.

1. GÊNESE DISCURSIVA NA INGLATERRA

Desde 1948, a Inglaterra vem recebendo levadas sucessivas de imigrantes oriundos do Caribe, de países africanos e asiáticos, neste caso, especialmente da Índia, do Paquistão e do Bangladesh. Trata-se, em grande parte, de cidadãos de ex-colônias que, em alguns casos, são súditos da coroa britânica (STEIN, 2004, p. 4). Essa configuração cria uma expectativa peculiar, pois muitos desses imigrantes vão à Inglaterra, imaginando esta como a pátria mãe. O que encontram em sua chegada, no entanto, é tudo menos uma acolhida maternal e fervorosa. Com efeito, muitos se veem confrontados com as mais diversas formas de discriminação, incluindo comportamentos xenófobos no acesso à moradia e a outros recursos básicos para a sobrevivência. Para esse grupo, o processo de transição do país de origem ao país de chegada parece ser especialmente duro, pois muitos precisam reformular seu imaginário nacional de pertencimento e seu respectivo lugar nele. Assim, os poemas de Wordsworth estudados com afinco nas escolas coloniais e a energia afetiva canalizada em direção ao país dos campos de narcisos repentinamente se revelam como vazios ou, pelo menos, como máscara discursiva que não mais permite a identificação que ainda permitira no espaço colonial.

A revisão forçosa desse imaginário nacional vem acompanhada de um discurso político nada receptivo para imigrantes. Os discursos de Enoch Powell (1968) ou a metáfora da inundação utilizada por Margaret Thatcher de certo modo refletem, na esfera política, as diversas experiências de violência sofridas por imigrantes no cotidiano. Os tumultos de Notting Hill (1976) e

Brixton (1981) representam somente dois picos de algo constantemente presente no dia a dia. A necessidade da revisão da imagem da pátria mãe e a experiência de violência e exclusão levam muitos desses novos membros da sociedade inglesa a procurarem modelos alternativos e eles os encontram no movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos (NASTA, 2016, p. 33). Essa tomada de consciência também se reflete na discussão dos estudos literários.

Em 1964 é criada a primeira cátedra de estudos da literatura das Comunidades das Nações (Commonwealth Literature) em Leeds (NASTA, 2016, p. 30). O foco de estudo recai primeiramente sobre a produção ficcional criada na ex-colônias, suscitando indiretamente o desenvolvimento do instrumental analítico da teoria pós-colonial. Ao mesmo tempo, críticos das próprias ex-colônias começam a escrever as histórias de suas literaturas nacionais, procurando sua autonomia também no campo da produção e representação culturais. O estudo de Ashcroft et alia (2005) foi central nessa empreitada, especialmente por chamar a atenção à necessidade de criar um aparato analítico que dê conta das peculiaridades de cada espaço de interação, independente das prerrogativas impostas pelo centro.

A produção literária oriunda de fluxos migratórios acaba primeiramente sendo discutida no eixo da crítica pós-colonial, dado que muitos imigrantes vinham de ex-colônias. Não tardou, contudo, em se identificar que a experiência de imigrantes e de seus filhos vivida no centro imperial e retratada na produção ficcional se diferenciava substancialmente da vivência de um indivíduo cujas coordenadas existenciais eram traçadas em outros contextos nacionais, distantes da metrópole (STEIN, 2004, p. 9). A discussão que surgiu a partir de uma crítica voltada à ficção produzida nas ex-colônias e, sobretudo, o instrumental pós-colonial, contudo, acabaram possibilitando o surgimento da voz também daqueles que já não se enquadravam mais nas premissas previstas para as novas literaturas de expressão inglesa.

O aspecto central que diferencia a literatura de fluxos migratórios de uma literatura em contextos pós-coloniais é, antes de mais nada, o espaço da interação e obtenção de voz. Enquanto escritores e críticos das nações que se tornaram independentes na segunda metade do século XX procuravam compor a narrativa de uma literatura propriamente nacional com suas peculiaridades locais, a literatura de imigrantes buscava criar sua voz no centro metropolitano, não de uma perspectiva distante, mas sim local como parte de um contexto social que se imagina e representa no universo ficcional, reconfigurando essa nação imaginária.

Produto dessa discussão é, num primeiro momento, a etiqueta “Black British Literature”. O negro como cor dessa nova literatura britânica deve ser entendido como símbolo político, integrando não somente vozes de escritores negros, mas sim de todos aqueles que têm em comum a experiência da imigração e de dificuldades de obtenção de voz no contexto britânico. Um fator

central de inclusão, portanto, é ter o espaço britânico como centro de sua concretização existencial, incluindo, com isso, atores sociais da primeira geração de imigrantes que optaram por permanecer definitivamente ou aqueles da segunda geração, filhos desses imigrantes, cuja socialização ocorreu no espaço britânico.

Stein (2004, p. 8) aponta que os dois termos que dão nome a essa literatura se definem mutuamente, transformando o campo semântico da especificidade dos membros da comunidade “negra” como também da condição britânica. Trata-se, portanto, de um conjunto de artistas e de obras literárias, criado a partir de uma perspectiva específica, que imagina e recria ficcionalmente a existência como experimentada naquele espaço nacional. Obviamente as linhas demarcatórias de inclusão e exclusão não podem ser tão facilmente definidas. As experiências retratadas nesse *corpus* ficcional, muitas vezes, diz respeito a uma ou mais nações, impondo um problema de afiliação. Assim, nos primeiros romances de Hanif Kureishi ou de Andrea Levy, há uma perspectiva dupla, dizendo respeito à realidade britânica, mas incluindo respectivamente também o Paquistão ou a Jamaica. No entanto, a experiência de alteridade (MATHIAS, 2013a) ou os caminhos da construção de identidade (MATHIAS, 2013b), como retratados nessas obras ficcionais, são fruto de configuração especificamente britânica.

A partir do anos 90, teve início um processo de diferenciação, incluindo agora termos como “British Asian Fiction”, para dar conta de uma condição específica atrelada àqueles grupos de imigrantes de origem muçulmana (UPSTONE, 2010, p. 2). Contudo, como no primeiro movimento que se utilizava da cor negra como cor política, o conceito “asiático” também serve para enfeixar um conjunto de vozes muito diversas e, desse modo, alcançar um impacto que se faça ouvir nos processos de representação e narração nacionais. Em ambos os casos, trata-se de uma literatura de expressão inglesa britânica, reunida em volta de um *corpus* e de um conjunto de autores com experiências semelhantes. Essas novas vozes se apropriam das práticas discursivas de representação, apresentando versões alternativas da condição britânica, inovando não somente o imaginário nacional, mas também a produção cultural.

2. GÊNESE DISCURSIVA NO CANADÁ

A situação no Canadá se diferencia da realidade inglesa na medida em que se trata de uma nação caracterizada por fluxos migratórios. Ao contrário da Grã-Bretanha, cuja população nativa continuou sendo o grupo majoritário, no Canadá as populações nativas se tornaram a minoria diante das grandes ondas de imigração. Até a década de 60, a origem desses imigrantes é

européia: ingleses, escoceses, irlandeses, franceses ou alemães. Com o crescimento econômico do país, começam a chegar as “minorias visíveis”, isto é, atores sociais que se diferenciam do fenótipo europeu, dentre eles pessoas oriundas de países asiáticos, africanos e latino-americanos, selecionados sobretudo com base em habilidades linguísticas e profissionais.

Um segundo elemento que diferencia o Canadá da Grã-Bretanha, especialmente da Inglaterra, é a narrativa nacional. Ao contrário do espaço social no velho mundo, onde há um imaginário e um mito nacional bem desenvolvidos, fomentados em grande parte pela política imperialista e pelo envolvimento bélico, o Canadá até 1947 ainda é parte da Grã-Bretanha, começando, até certo ponto, somente a partir de então a se preocupar com mais intensidade em criar uma narrativa do próprio espaço nacional. Um outro elemento importante nesse contexto é a identidade dual, formada com base nos dois grupos linguísticos predominantes: os grupos anglófono e francófono. Uma importante parcela da energia canalizada em conceber a nação foi primeiramente direcionada no sentido de imaginar um espaço nacional a partir dessa composição culturalmente dual, culminando no referendo de 1995 sobre a independência do Quebec.

Imigrantes que chegaram a partir da década de 60 foram confrontados com essa política de identidade e trouxeram novos desafios para o país, cuja narrativa nacional agora precisa prever também a presença de outras representações culturais, além das duas forças majoritárias. Essa nova tendência se refletiu no Ato do Multiculturalismo de 1988, que fixou por lei o reconhecimento e a promoção da diversidade cultural do país. A partir desse momento, o Canadá empreende um esforço para se imaginar não mais como nação baseada numa única etnia ou num par cultural, mas sim como sociedade multicultural. Essa política surtiu efeito, a ponto do multiculturalismo se transformar num pilar da narração nacional (CHUNG, 2007, p. 306).

Também os estudos literários voltaram sua atenção para a produção literária que surgiu do marco da diversidade cultural, começando por analisar aquilo que veio a se chamar de escrita étnica (PADOLSKY, 1996) ou minoritária (JONASSAINT, 1998, p. 65). Esta abarcava toda produção ficcional oriunda de membros das minorias visíveis e era abordada às margens das produções das vozes de representantes dos grupos majoritários. Com a instauração da ideia de multiculturalismo no imaginário nacional, esse corpus passou a ser denominado de literatura multicultural (SEILER, 1998), juntando-se às “duas solidões” já existentes no país como a “outra solidão”. Ao contrário da etiqueta britânica que tem uma função de mobilização política com seu projeto de adensamento de voz, as etiquetas canadenses procuram abarcar um fenômeno do projeto da narrativa nacional. No primeiro caso, a etiqueta faz parte de um processo de negociação de pertencimento e de um

processo de organização discursiva com o objetivo de legitimar sua voz naquele espaço; no segundo, ela descreve uma voz que já faz parte de alguma forma, já que tem um claro respaldo nas leis, forçando as instituições a se imaginarem como representação dessas vozes.

Obviamente, isso não significa que essas etiquetas não sejam problemáticas. Quando se fala de literatura multicultural ou étnica, raramente se inclui nesse discurso a produção de autores de origem britânica ou francesa. Isto é, há uma segregação nesse esquema de organização discursiva que trabalha com diferentes aparatos analíticos, para diferentes grupos culturais. Essa forma de administrar as vozes que compõem a literatura desse espaço nacional é defensável, até certo ponto, para descrever especialmente a primeira geração de imigrantes, ou seja, aqueles atores sociais que tiveram sua socialização cultural em outro contexto, integrando-se ao novo lugar de fala, num estágio mais avançado da vida. Isso se torna problemático já para a segunda geração, isto é, para os filhos desses imigrantes – tanto na esfera da produção ficcional como na esfera diegética – que nasceram e cresceram no Canadá, não tendo portanto outros conjuntos de referências que não seja aquele obtido nesse espaço nacional.

Para dar conta disso, intelectuais quebequenses de origem estrangeira começaram a articular a ideia de uma literatura transcultural na Revista *Vice-Versa* (ALBERT, 2005, p. 64), com o intuito de repensar a produção cultural não no marco da oposição de culturas, com fronteiras claramente delineadas como no caso do multiculturalismo, mas sim como uma nova configuração social, na qual surge uma tessitura cultural a partir da confluência e influência mútua de diversos princípios de significação (DUPUIS, 2008, p. 500). Essa nova etiqueta tem recebido muita atenção por parte de críticos e tem sido utilizada para descrever a produção literária oriunda de fluxos migratórios (TUNKEL, 2012; ORAO, 2014), contudo, é preciso alertar que também essa nomenclatura raramente inclui textos escritos por autores que não façam parte das assim chamadas “minorias visíveis”.

3. GÊNESE DISCURSIVA NOS ESTADOS UNIDOS

Como o Canadá, os Estados Unidos têm uma história de imigração como parte elementar de sua constituição nacional, apresentando igualmente um grande influxo europeu, com predominância de falantes do inglês. Berço do Movimento pelo Direitos Civis, os Estados Unidos possivelmente apresentam a maior diferenciação de grupos minoritários, com um empenho massivo por parte de seus representantes no esforço pelo direito de representação e obtenção de voz. Assim, há campos de estudos dedicados às literaturas nativa, negra, judaica, árabe, asiática e hispânica, dentre outras.

Todas essas formatações discursivas têm em comum a reunião de grupos étnico-culturais bastante diversos que se solidarizam, com base numa experiência comum de silenciamento, violência ou exclusão. Todos esses grupos passaram por discussões, com maior ou menor grau de intensidade, sobre uma etiqueta que pudesse unificá-los e representá-los. Todos chegaram à conclusão sobre a necessidade de um compromisso, dada a diversidade econômica, cultural e, sobretudo, também de suas experiências históricas, por um lado, e o imperativo da organização discursiva, por outro, a fim de garantir sua participação nos processos de imaginação nacional.

O grupo hispânico exemplifica a complexidade do caminho em direção ao compromisso. Isso começa com seu posicionamento nas coordenadas geográficas que definem a nação americana. Ao contrário dos outros dois contextos nacionais discutidos anteriormente, os Estados Unidos apresentam uma peculiaridade em relação à configuração das linhas demarcatórias de seu espaço nacional e, com isso, à configuração demográfica do país. Esta é composta primordialmente por diversos grupos indígenas, mas também pela população hispânica que habitava especialmente as regiões do sul, antes da guerra de 1846, quando os Estados Unidos anexaram as regiões dos atuais estados do Texas, New Mexico, Arizona, Colorado e Califórnia que pertenciam ao México (ASHCROFT, 2009, p. 22). Com o Tratado de Guadalupe Hidalgo, ainda de acordo com Ashcroft (2009, p. 22), mais de cem mil mexicanos ficaram do lado americano, cujos direitos o tratado tinha por finalidade proteger (TATUM, 1982, p. 4). Com isso, um grupo importante que hoje, muitas vezes, figura entre os novos imigrantes, na verdade, já habitava a região antes do grupo hegemônico anglófono anexá-la, o que faz sua inclusão no grupo de imigrantes ser algo problemático.

Além dessa comunidade que já habitava esse espaço geográfico, juntou-se a ela, ao longo do século XX, cidadãos de Porto Rico, que veio a ser um território americano, e os imigrantes de países da América Central e do Caribe que, em grande parte, fugiam de regimes totalitários, como por exemplo de Cuba e da República Dominicana, para citar somente os grupos majoritários dentro dessa minoria. Esse grupo se vê enriquecido ainda por cidadãos de vários outros espaços culturais da América Latina que, por conta da língua espanhola, muitas vezes acaba sendo homogeneizado, sem diferenciar a diversidade cultural, econômica e de direitos políticos que esses diferentes atores sociais possuem. Assim, a identidade homogênea que o grupo majoritário anglófono tenta impor sobre essa minoria não existe e não tem reconhecimento por parte de seus integrantes (CAMINERO-SANTANGELO, 2007, p. 2).

Assim, a configuração social de *chicanos* é diferente do grupo de porto-riquenhos, com sua cidadania americana, e a situação dos exilados cubanos, em grande parte, pertencentes à elite, se diferencia da situação de imigrantes, por exemplo da República Dominicana, com menor poder econômico e menor

capital intelectual. Além das diferenças econômicas e de *status* político nos Estados Unidos, há a diversidade racial: latinos brancos, negros e de origem indígena, o que tem grande impacto nos processos de percepção e enquadramento no espaço público americano.

Para dar conta dessa complexidade, a formação discursiva seguiu dois caminhos: por um lado, a diferenciação dentro do grupo minoritário, optando por falar, por exemplo, de *Chicano literature* ou *Cuban American Literature*; por outro lado, sugeriu uma etiqueta que represente o conjunto desse grupo minoritário, por exemplo *Latino Literature* (LOMELÍ/IKAS, 2000, p. xi; KANELLOS, 2009, p. 29) ou *Hispanic-American Literature* (RAMIREZ, 2008). Parece-me que independentemente das etiquetas, o crítico que adotar alguma dessas terá de estabelecer um compromisso, pois mesmo termos como literatura *chicana* engloba uma complexidade tamanha em seu interior, que torna impossível realmente estabelecer uma identidade de grupo que abarque todas as experiências e diferenças que marcam os membros de subgrupo. O objetivo da etiqueta, portanto, não pode ser a diferenciação no plano da microesfera, talvez devesse residir muito mais numa escala mais ampla, no processo de imaginação da literatura nacional, com o objetivo central de obtenção de voz e representação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: SOBRE O LUGAR DA LITERATURA DE FLUXOS MIGRATÓRIOS NO CONTEXTO NACIONAL

A longa discussão em torno das etiquetas ainda não acabou. O que se exemplificou aqui para os contextos anglófonos ocorre, em moldes semelhantes, nos contextos das literaturas de expressão francesa, alemã ou italiana. O movimento inicial dessa discussão reside em como pensar e introduzir a produção literária cultural de estrangeiros ou filhos de estrangeiros na literatura nacional. Esta entendida, muitas vezes, como o conjunto canônico da produção de um grupo étnico em determinadas coordenadas geográficas. Com isso, creio ser possível afirmar que a historiografia da literatura e a própria prática da crítica literária estiveram, desde seu estabelecimento no século XIX, a serviço de um projeto de construção de identidade nacional. Isto é, houve um grande esforço discursivo no sentido de estabelecer os respectivos Shakespeare, Cervantes ou Goethe nacionais, a fim de garantir, por um lado, a estabilização da narrativa nacional, que ainda se encontrava em formação, e por outro uma representação competitiva entre as nações.

A partir do período pós-guerra, isto é, depois que se revelou como as narrativas nacionais podem ser instrumentos de manipulação da vontade alheia e conduzirem à barbárie, e com os movimentos de emancipação

feminina e de direitos civis dos negros que começaram a ganhar força nas décadas subsequentes, teve início uma mudança de paradigma na forma como historiografia, teoria e crítica literárias poderiam ser concebidas. No lugar da nação como preocupação primordial, surgiu um esforço intelectual no sentido de pensar a experiência e a representação de determinados grupos na produção literária e revisar o modo como esses grupos figuram na escrita da história. A preocupação central dessa nova forma de organizar os discursos reside em garantir uma distribuição mais equilibrada de vozes e, com isso, novas categorias de representar o próprio espaço nacional em questão.

A literatura do contexto de fluxos migratórios e sua discussão nos estudos literários se juntam nesse esforço de repensar a nação, agora com a presença de atores sociais com uma outra configuração social, não prevista até seu surgimento e sem voz legitimada para a narrativa nacional. O processo de sua inclusão nesse imaginário é tudo menos harmonioso. As diversas etiquetas podem ser entendidas, a partir de uma visão negativa, como uma tentativa de segregar a produção literária daqueles que não se enquadram nos moldes daqueles cujas vozes estão discursivamente legitimadas. Quando Salman Rushdie escreve seu ensaio “Commonwealth Literature does not exist”, ele vai nessa direção, tentando mostrar como etiquetas podem excluir determinadas vozes (RUSHDIE, 1992, p. 57). Perpassado de ironia, o ensaio mostra as arbitrariedades das configurações discursivas que em alguns momentos adotam o primado da língua como princípio para a narrativa historiográfica de uma literatura, em outros, o espaço nacional, raramente explicitando seus critérios para inclusão ou exclusão.

Por outro lado, as etiquetas que começaram a se estabelecer para organizar a discussão em volta do *corpus* e sua recepção apresentam a clara vantagem de aumentar as chances de representação e de oferecer uma visão alternativa àquela já estabelecida. Desse modo, as respectivas etiquetas não podem ser compreendidas como conceitos de uma literatura fora dos muros da literatura nacional. Com efeito, é preciso partir de um pertencimento discursivo múltiplo que deve ser considerado na discussão desse *corpus*. Esse pertencimento múltiplo reside, por exemplo, na afiliação a uma literatura que representa a experiência específica de um grupo, na afiliação a uma literatura nacional e na afiliação a uma literatura transnacional. Assim, a literatura latina no contexto americano pode ser discutida dentro das coordenadas de uma identidade de grupo especificamente hispânica, dentro das coordenadas da literatura nacional e como representação de uma literatura que transcende a nação, afiliando-se a duas ou mais nações. Contudo, é importante enfatizar que o lugar inicial de fala permanece sendo o eixo nacional, pois é nele que a identidade de grupo tenta se estabelecer e a partir dele é que surge uma voz para participar de configurações transnacionais.

Cada uma dessas afiliações tem sua lógica própria, exigindo uma apropriação das práticas discursivas a fim de garantir sua participação no processo de representação. Sua discussão nos estudos literários, no lado da recepção, precisa levar essas afiliações em consideração e empreender um esforço de revisar seus conceitos, com o intuito de oferecer novas modalidades de descrever a produção literária de um espaço nacional e canalizar os fluxos de sua recepção. Esse empreendimento passa também pelo trabalho de revisão do cânone e daquilo que é discutido nos contextos institucionais, com sua responsabilidade de administração do legado cultural, da transmissão de conhecimentos para as próximas gerações e da atualização de potenciais de sentido inerente ao legado literário. A etiqueta, nesse sentido, auxilia o processo de formação de uma plataforma discursiva e, com isso, de discussão sobre novos fenômenos que marcam as sociedades contemporâneas.

REFERÊNCIAS

ALBERT, C. *L'immigration dans le roman francophone contemporain*. Paris: Éditions Karthala, 2005.

ASHCROFT, B. et alia. *The Empire Writes Back*. London/New York: Routledge, 2005.

_____. Chicano Transnation. In: CONCANNON, K.; LOMELÍ, F. A.; PRIEWE, M. (ed.). *Imagined transnationalism: U.S. Latino/a literature, culture, and identity*. New York: Palgrave Macmillan, 2009.

CAMINERO-SANTANGELO, M. *On Latinidad: U.S. Latino literature and the construction of ethnicity*. Gainesville: University Press of Florida, 2007.

CHUNG, A. The Peculiarity of Racism: Mixed Race and Nonbelonging in the Multicultural Nation. In: HILLMER, N.; CHAPNICK, A.; (eds.). *Canadas of the Mind: The Making and Unmaking of Canadian Nationalisms in the Twentieth Century*. Montreal: McGill-Queen's UP, 2007.

DUPUIS, G. Transculturalism and écritures migrantes. In: NISCHIK, R. M. *History of literature in Canada : English-Canadian and French-Canadian*. Rochester: Camden House, 2008.

JONASSAINT, J. Migration et études littéraires. Essai de théorisation d'un problème ancien aux contours nouveaux. IN: VERDUYN, Christl (ed.). *Literary Pluralities*. Peterborough: Broadview Press, 1998.

KANELLOS, N. A Schematic Approach to Understanding Latino Transnational Literary Texts. In: CONCANNON, K.; LOMELÍ, F. A.; PRIEWE, M. (ed.). *Imagined transnationalism : U.S. Latino/a literature, culture, and identity*. New York: Palgrave Macmillan, 2009;

MATHIAS, Dionei. Literatura e fluxos migratórios em contextos anglófonos: sobre a gênese discursiva de um campo de pesquisa. *Scripta Uniandrade*, v. 16, n. 2 (2018), p. 225-238.
Curitiba, Paraná, Brasil
Data de edição: 27 set. 2018.

LOMELÍ, F. A.; IKAS, K. The Transnational Perspective on U.S. Latino Literatures and Cultures at the Turn of the Millennium. In: LOMELÍ, F. A.; IKAS, K. (eds.). *U.S. Latino Literatures and Cultures: Transnational Perspectives*. Heidelberg: Universitätsverlag Winter, 2000.

MATHIAS, D. *Neue alte Welt und altes neues Ich. Diffusion migrationsbedingter Identitätsentwürfe in veränderten kulturgeografischen Zusammenhängen*. Trier: Wissenschaftlicher Verlag Trier, 2011.

_____. 'Todo poder à imaginação': concepção e concretização de alteridade. v. 11. *Scripta Uniandrade*, 2013a.

_____. Identidade e narrativas culturais. *Guavira Letras*, v. 17, 2013b.

NASTA, S. 1940s-1970s. In: OSBORNE, D. (ed.). *The Cambridge companion to British Black and Asian literature (1945-2010)*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016, p. 23-39.

ORAO, J. *Selbstverortungen: Migration und Identität in der zeitgenössischen deutsch- und englischsprachigen Gegenwartsliteratur*. Frankfurt am Main: Peter Lang, 2014.

PADOLSKY. 'Olga in Wonderland': Canadian Ethnic Minority Writing and Post-Colonial Theory. IN: *Canadian Ethnic Studies*, v. 28, nr. 3, 1996, s. p.

RAMIREZ, L. E. *Encyclopedia of Hispanic-American literature*. New York: Facts on File, 2008.

RUSHDIE, S. 'Commonwealth Literature' Does Not Exist. In: RUSHDIE, S. *Imaginary Homelands. Essays and Criticism 1981-1991*. Londres: Granta Books, 1992.

SEILER, T. P. Multi-Vocality and National Literature: Towards a Post-Colonial and Multicultural Aesthetic. IN: VERDUYN, C. (ed.). *Literary Pluralities*. Peterborough: Broadview Press, 1998,

STEIN, M. *Black British Literature. Novels of Transformation*. Columbus: The Ohio State University, 2004.

TATUM, C. M. *Chicano literature*. Boston: Twayne, 1982.

TUNKEL, N. *Transcultural Imaginaries. History and Globalization in Contemporary Canadian Literature*. Heidelberg: Universitätsverlag Winter, 2012.

UPSTONE, Sara. *British Asian fiction. Twenty-first-century voices*. Manchester: Manchester University Press, 2010.

DIONEI MATHIAS é mestre em Letras pela Universidade de Hamburgo (2006) e doutor em Letras respectivamente pela Universidade de Hamburgo (2011) e pela Universidade Federal do Paraná (2014). Atualmente é professor da Universidade Federal de Santa Maria, credenciado no Programa de Pós-graduação em Letras, na linha de pesquisa Literatura, Comparatismo e Crítica Social. Dentre suas publicações estão a monografia *Neue alte Welt und altes neues Ich*, de 2011, e o artigo "Sobre o outro em Leyla, de Feridun Zaimoglu" (*PANDAEMONIUM GERMANICUM*, 2018).